



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A Iniciativa Liberal defende a transparência e trabalha incessantemente pela quebra das barreiras no acesso a informações que devem ser do conhecimento público, dado o seu interesse para a população, sendo que, não estando publicamente disponibilizadas, devem, pelo menos, ser fornecidas de forma atempada a académicos que lhes procurem aceder.

Desta forma, é com alguma estupefação que recebemos o alerta de casos de tentativas de acesso a dados e informações que deveriam ser do conhecimento público - dado o seu interesse público -, e que as mesmas dificilmente serão acessíveis num prazo de tempo razoável, uma vez que, alegadamente, decorrem de morosas cadeias de aprovação prévia internas do Ministério da Saúde.

Abordando um caso em particular que nos foi enviado e é de particular interesse público, referimo-nos à informação relativa ao estado de conservação das infraestruturas públicas hospitalares em Portugal. Esta informação, que deverá encontrar-se na competência da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. (ACSS), da tutela do Ministério da Saúde, não sendo disponibilizada publicamente, é do interesse público - quer dos possíveis decisores políticos, quer de académicos que estudam o tema, quer mesmo dos próprios utentes que devem poder informar-se sobre as condições de conservação dos hospitais onde podem vir a ser tratados, bem como, da existência, ou não, de riscos associados.

No caso mencionado, foi-nos transmitida a informação de que, perante o contacto de um académico para acesso aos dados sobre o estado de conservação das infraestruturas hospitalares públicas em Portugal, o mesmo terá sido informado de que esta informação poderia levar anos a ser providenciada, uma vez que existirá uma cadeia de aprovações prévias que poderia chegar a necessitar, até, da aprovação do próprio Ministro da Saúde.

Ora, isto é algo que nos parece incompreensível, dada a natureza do pedido e a natureza do âmbito de utilização do requerente, pelo que a Iniciativa Liberal pretende esclarecer algumas questões relativas a esta alegada cadeia de aprovações prévias para a obtenção destes dados

e, caso seja possível, solicitar a disponibilização atempada dos dados mencionados.

Nesse sentido, sendo o Senhor Ministro da Saúde, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 32/2022, de 9 de maio, que aprova o regime de organização e funcionamento do XXIII Governo Constitucional, que exerce a tutela sobre a ACSS e, conseqüentemente, sobre a gestão das infraestruturas hospitalares, afigura-se de imprescindível interesse público que informe a Assembleia da República quanto às seguintes questões:

1. De quem é a responsabilidade da averiguação, sistematização e conservação dos dados relativos ao estado de conservação das infraestruturas hospitalares públicas?

2. Confirma que a ACSS não se encontra capacitada para, de forma autónoma, publicitar ou disponibilizar esses dados perante solicitações?

3. Quais os critérios e alegadas cadeias de aprovação prévias para a disponibilização de dados afetos ao Ministério da Saúde e, em particular, à ACSS?

4. Existe alguma simplificação no acesso a informações mediante a proveniência do pedido das mesmas, nomeadamente, quando solicitados por académicos e/ou investigadores?

5. Podem ser disponibilizados publicamente os dados referentes a este pedido, isto é, a lista das infraestruturas hospitalares públicas e do seu atual estado de conservação, bem como, de possíveis fontes que permitam avaliar a credibilidade da informação disponibilizada? Caso a resposta seja afirmativa, solicitamos que a mesma possa ser anexada à resposta a estas questões.

Palácio de São Bento, 19 de dezembro de 2023

Deputado(a)s

JOANA CORDEIRO(IL)

RODRIGO SARAIVA(IL)

BERNARDO BLANCO(IL)

CARLA CASTRO(IL)

CARLOS GUIMARÃES PINTO(IL)

JOÃO COTRIM FIGUEIREDO(IL)

PATRÍCIA GILVAZ(IL)

RUI ROCHA(IL)